

Aspectos morfossintáticos da língua portuguesa

Claudio Cezar Henriques (UERJ e ABF)

Dependendo dos objetivos e dos métodos adotados na explicação dos fatos da língua, as classes gramaticais e as funções sintáticas podem ser estudadas em separado (respectivamente, pela Morfologia e pela Sintaxe), embora na teoria e na prática se encontrem em muitos pontos. Diz Joaquim Mattoso Câmara Jr., em *Dispersos*, que “a distinção entre morfologia e sintaxe tem sido muitas vezes criticada tanto de um ponto de vista didático quanto teórico”. Sua argumentação justifica a procedência da distinção entre ambas, pois a unidade de cada uma prevalece por conta de suas relações, respectivamente, associativa e sintagmática.

Neste artigo, pretendemos esboçar os valores associativos (morfológicos) inseridos em enunciações lineares (sintáticas), tratando do vínculo – ainda que didático ou terminológico – existente entre a Morfologia e a Sintaxe, recordando o rol existente na Nomenclatura Gramatical Brasileira para ambas e discutindo alguns pontos relevantes na descrição e na didática do português. O objetivo é refletir a respeito das teorias que descrevem as “classes de palavras” e sobre as vantagens de uma abordagem didática abrangente desses conteúdos gramaticais.

A discussão sobre como classificar as palavras é, entre outros tantos tópicos gramaticais, motivo de infindáveis reflexões e estudos. Ocorre, porém, que as teses e os projetos de pesquisa se sucedem, os

gramáticos e os lingüistas publicam e republicam seus livros... e parece que a fonte nunca seca: as objeções, quando se prestam a algum resultado, viram soluções precárias, saídas pela tangente.

Tomemos para exemplo *A Classificação das Palavras*, estudo no qual Washington de Farias faz um interessante retrospecto das definições e propostas que contrapõem a “aceitação passiva da tradição gramatical” às “tentativas de reordenação e redefinição das classes”. Sua conclusão, no entanto, não é muito animadora e se restringe a condenar a gramática tradicional e a oferecer “subsídios para uma abordagem mais didática e sistemática do assunto”.

Por isso, a fim de evitar que sejamos apenas mais um a ficar com a “metralhadora giratória ligada”, limitamos nossos objetivos com este texto à apresentação de algumas considerações acerca dos nomes portugueses, analisando como primeiro ponto sua conceituação, de vez que, embora o critério flexional (variação de gênero, número e caso) tenha sido sempre o ponto básico para que se fizesse a distribuição dos nomes de uma língua (englobando, nesse caso, os substantivos e os adjetivos do latim e do grego), é conveniente acrescentar-se ainda um critério sintático a fim de que se possa reconhecer os substantivos e os adjetivos, já que dos advérbios e pronomes não trataremos neste trabalho.

Mattoso Câmara, em *Estrutura da Língua Portuguesa* (p. 67-70), propõe o seguinte quadro de classificação dos vocábulos formais:

Verbo	
Nome	Pronome
<u>Substantivo</u> → termo determinado	<u>Substantivo</u> → termo determinado
<u>Adjetivo</u> → termo determinante de outro nome	<u>Adjetivo</u> → termo determinante de outro nome
<u>Advérbio</u> → termo determinante de um verbo	<u>Advérbio</u> → termo determinante de um verbo

José Carlos Azeredo, em “A Palavra e Suas Classes” (p. 6-13), é outro teórico que discute aspectos relevantes a respeito da distribuição das palavras em classes e questiona as interferências semânticas, sintáticas e morfológicas na tradicional definição de cada uma delas. O tema foi novamente exposto pelo autor (em *Iniciação à Sintaxe*, p. 35-43 e em *Fundamentos da Gramática*, p. 74-8) e por Margarida Basílio (em *Teoria Lexical*, p. 49-59), que também trata desses três critérios de definição de classes de palavras, colocando a questão em termos que se ajustam aos processos de formação.

Um outro ponto interessante quanto ao tema é focalizado por Gladstone Chaves de Melo (em *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, p. 207-8). Ao tratar da ordem das palavras, Melo afirma que, no português, “o acento enfático recai sempre no segundo elemento de um sintagma dual: bom filho; velho amigo; amigo velho”. Completamos os exemplos do autor mostrando que a *bom filho* se contrapõe *filho bom*, com acento enfático em *bom*.

Seguindo suas observações sobre os adjetivos, constatamos a diversidade conotativa ou significativa em expressões do tipo “grande homem x homem grande” ou “alto funcionário x funcionário alto”. Mesmo assim, é praticamente inegável (a não ser em construções estranhas e atípicas, como “legislativa assembléia” ou “vermelhas rosas”) que os adjetivos eminentemente descritivos tenham de estar sempre pospostos: legislação trabalhista, casamento nulo, poesia brasileira.

Poderíamos ainda mencionar a possibilidade de uma palavra ser, conforme sua posição no sintagma, ora substantivo, ora adjetivo (marinheiro brasileiro x brasileiro marinheiro). Em termos práticos, encerraria o problema afirmar que, nesse critério funcional, se uma palavra exerce privativamente a função de núcleo do sujeito (por exemplo), é evidente que se trata de substantivo. Em “velho aluno x aluno velho” e “triste homem x homem triste”, “velho” e “triste” são adjetivos, “aluno” e “homem” são substantivos. Mas não é isso que definirá por que “povo” é substantivo e “fácil” é adjetivo ou por que numa expressão como “pobres colaboradores” somente o contexto definirá se o substantivo é “pobres” ou se é “colaboradores”, reconhecendo qual dos dois vocábulos está empregado subjetivamente.

Expliquemos:

contexto 1		
<i>pessoas sem dinheiro</i>	dado objetivo	pobres é substantivo
<i>prestam colaboração</i>	dado subjetivo	colaboradores é adjetivo

contexto 2		
<i>peçoas que sofrem</i>	dado subjetivo	pobres é adjetivo
<i>atuam na colaboração</i>	dado objetivo	colaboradores é substantivo

Por isso, discordamos de Cunha quando afirma, na sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (p. 246), que “a subdivisão dos nomes portugueses em substantivos e adjetivos obedece a um critério basicamente sintático, funcional”. Essa afirmação já constava de sua *Gramática da Língua Portuguesa*, mas parece-nos mais razoável não considerar que a base está no critério sintático, mas numa combinação dos aspectos semântico e funcional, que descreverá se, dentro de um sintagma dual é possível haver palavras que predominem como adjetivos ou como substantivos.

Tal descrição parte do pressuposto de que essas duas classes são, ambas, representantes dos “seres”, cabendo aos substantivos *nomeá-los* e aos adjetivos *caracterizá-los*. Parte também do pressuposto de que a adjetivação de substantivos e a substantivação de adjetivos são dois fenômenos comuns na língua portuguesa.

Aliás, a justaposição de dois adjetivos ou de dois substantivos oferecerá bastante matéria para outras reflexões a respeito do tema (“Ela usava uma *bermuda balão*” x “Vi no céu um *balão bermuda*” ou “Ele era um dos *revoltados invasores*” x “Ele era um dos *invasores revoltados*”). Nesses casos de junção de dois substantivos, incluem-se os substantivos compostos em que o segundo

vocábulo exerce a função de determinante (sapo-**boi**, navio-**escola**).

Pode-se concluir, por exemplo, que, na junção de dois substantivos, é sempre o segundo deles que *funciona* como adjetivo, ou seja: na primeira frase citada, “bermuda” é substantivo, “balão” é adjetivo; na segunda, “balão” é o substantivo e “bermuda”, o adjetivo. De outra forma, na junção de dois adjetivos, a conclusão será outra: “revoltados” e “invasores” são adjetivos potenciais, mas de utilização diferente. Com isso queremos nos referir à inexistência de combinação binária adjetivo/substantivo ou substantivo/adjetivo para os dois vocábulos. Observe-se que “revoltados” poderá ser adjetivo nos dois casos, mas “invasores” só poderá ser adjetivo no primeiro. Essas observações encaminham uma outra conclusão: há adjetivos de tipos diferentes, como se pudessemos dizer que há adjetivos mais passíveis de substantivação do que outros.

A correta distinção, portanto, entre esses dois tipos de vocábulos não deve ficar restrita a um pequeno conjunto de exemplos. Levando-se em conta as amplas possibilidades de uma palavra dentro da língua, serão efetivamente vistos seus valores naturais e ocasionais. Conjugados esses fatores, mas com a preponderância do critério semântico para delimitar a classificação definitiva, permitirá enumerar com convicção os substantivos e os adjetivos da língua.

Referências Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de (Org.). Fundamentos da Gramática. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Iniciação à Sintaxe do Português. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. “A Palavra e Suas Classes”. Idioma 21. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro / Inst. de Letras – UERJ, 2001. p. 6-13.

BASÍLIO, Margarida. Teoria Lexical. São Paulo: Ática, 1995.

CAMARA JR., J. Mattoso. Dispersos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1980.

CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luís Felipe L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FARIAS, Washington Silva de. A Classificação das Palavras: revisão crítica. João Pessoa: Editora UFPB, 2000.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Morfologia Portuguesa em perspectiva sincrônica. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, 2005 – distribuição interna.

_____. Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de. Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.